

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Diretoria de Administração
Departamento de Operações Comerciais
Núcleo de Gestão de Contratos



NUP: 00791.001953/2015-11

Contrato Nº **71/2015** de Prestação de Serviços com fulcro na lei nº 8.666/93 C/C A LEI Nº 8.958/94 e Decreto Nº 7.423/2010 que entre si celebram a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ FIOCRUZ**, através da **Vice-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL** como contratante e a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE – FIOTEC**, como contratada..

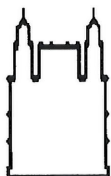
Pelo presente instrumento de contrato, a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, através da **VICE-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede a Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominada de **FIOCRUZ** ou **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, neste ato, representada pelo Vice-Presidente **Dr. PEDRO RIBEIRO BARBOSA**, brasileiro, Carteira de Identidade nº 52.345642 CRM/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 331.988.887-0, encontrado na Avenida Brasil, 4.365 – Pavilhão Mourisco– Manguinhos, nesta Cidade, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da Presidência nº 748/2013 e a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE**, com sede na Av. Brasil nº 4.036, Manguinhos, CEP: 21040-361, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.385.669/0001-74, representada legalmente neste ato jurídico pelo seu Diretor Executivo, **MAURÍCIO ZUMA MEDEIROS**, Brasileiro, Casado, portador da Cédula de Identidade nº 04.395.631-7 / Detran/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 603.466.717-87, doravante denominada **FIOTEC** ou **CONTRATADA**, acordam em celebrar o presente contrato com base no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 1º da Lei 8.958/94 e do Decreto nº 7.423/2010 e convênio nº 18/08 celebrado entre **FIOCRUZ** e **FIOTEC**, conforme a minuta, aprovada pela **Parecer Nº 1192/2015/CLC/PF/FIOCRUZ/PGF/AGU**, anexada às folhas 50/52, do processo nº **25380.001543/2015-32**, com base no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 1º da Lei nº 8.958/94 e do Decreto nº 7.423/2010 e Convênio nº 18/08 celebrado entre **FIOCRUZ** e **FIOTEC**, conforme documentação constante do processo administrativo nº **25380.001035/2012-10**, **TED 48/2015**, e ainda, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto contratação da prestação de serviços de apoio logístico e gestão financeira para o **Projeto "Implantação das diretrizes do Sistema Universidade Aberta do SUS"**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A **CONTRATADA** deverá prover a contratação da prestação de serviços de apoio logístico e gestão financeira para a execução do **Projeto "Implantação das diretrizes do Sistema Universidade Aberta do SUS"**, conforme projeto básico.

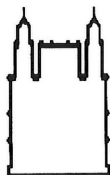


CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Rubrica	Mês e ano de		Total – R\$
		Início	Fim	
		da atividade		
Meta 1	Pessoa física			1.155.000,00
	Pessoa jurídica			10.000,00
	Passagens			25.000,00
	Diárias			10.000,00
	SubTotal	1	12	1.200.000,00
Meta 2	Pessoa física			6.437.037,04
	SubTotal	1	12	6.437.037,04
Meta 3	Pessoa física			1.675.000,00
	Pessoa jurídica			15.000,00
	SubTotal	1	12	1.690.000,00
Meta 4	Pessoa física			1.230.000,00
	Material de Consumo			50.000,00
	SubTotal	1	12	1.280.000,00
Meta 5	Pessoa física			725.000,00
	SubTotal	1	12	725.000,00
Meta 6	Pessoa física			1.265.000,00
	Passagens			50.000,00
	Diárias			24.074,07
	Material de Consumo			20.000,00
	SubTotal	1	12	1.359.074,07
Meta 7	Pessoa física			900.000,00
	Diárias			
	Material de Consumo			20.000,00
	SubTotal	1	12	920.000,00
Totais				
Diárias				34.074,07
Material de Consumo				90.000,00
Passagens				75.000,00
Pessoa Física				13.387.037,04
Pessoa Jurídica				25.000,00
Custo Operacional				1.088.888,89
Encargos				300.000,00
TOTAL DO CONTRATO				15.000.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura deste termo, podendo, caso o projeto venha a ser estendido, de comum acordo entre as partes contratantes, ser prorrogado através de TERMO ADITIVO, condicionada a prorrogação à garantia de recursos financeiros e ao limite máximo de 60 (sessenta) meses.



CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** compromete-se a pagar pelos serviços ora contratados o valor total de **R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, conforme se segue:

O cronograma de pagamento deve ser apresentado conforme o cronograma de desembolso abaixo e deverá ocorrer obrigatoriamente na forma do cronograma de execução e de desembolso condicionado a apresentação de relatório das atividades, atendendo as orientações contidas no Manual de Gestão de Contratos da FIOTEC.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcela	Mês/Pagt	Valor R\$	Atividades/Metas
1	Mês 1	1.500.000,00	1.1/1.2/1.3/2.1/2.2/2.3/3.1/3.2/3.3/4.1/4.2/4.3/5.1/5.2/5.3/6.1/6.2/6.3
2	Mês 4	4.500.000,00	1.1/1.2/1.3/2.1/2.2/2.3/3.1/3.2/3.3/4.1/4.2/4.3/5.1/5.2/5.3/6.1/6.2/6.3
3	Mês 8	4.500.000,00	1.1/1.2/1.3/2.1/2.2/2.3/3.1/3.2/3.3/4.1/4.2/4.3/5.1/5.2/5.3/6.1/6.2/6.3
4	Mês 13	4.000.000,00	1.1/1.2/1.3/2.1/2.2/2.3/3.1/3.2/3.3/4.1/4.2/4.3/5.1/5.2/5.3/6.1/6.2/6.3
5	Mês 24	500.000,00	1.1/1.2/1.3/2.1/2.2/2.3/3.1/3.2/3.3/4.1/4.2/4.3/5.1/5.2/5.3/6.1/6.2/6.3

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O pagamento de cada parcela, na forma do cronograma de desembolso acima, far-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a apresentação dos documentos/relatórios que comprovem a execução das atividades contratadas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Previamente ao pagamento, será feita consulta ao SICAF e ao TST para a aferição da regularidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

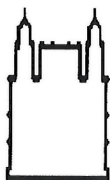
Pela execução do objeto deste contrato, a **FIOCRUZ** pagará à **CONTRATADA** a importância total de **R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, à conta da dotação orçamentária consignada no Programa de Trabalho/PTRES 10.128.2015.20YD0001/ 091404, Elemento de Despesa 3339039, Fonte de Recursos 6151685196, Exercício de 2015, conforme Nota de Empenho nº 2015NE804860 de 03/12/2015, às fls. 56 no valor de R\$1.500.000,00. (um milhão e quinhentos mil reais).

Serão emitidos novos empenhos para cobertura dos respectivos créditos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

- responder pelos eventuais prejuízos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE**.
- promover o ressarcimento, a preço atualizado, no prazo de 30 dias, se comprovada a existência de danos causados aos bens da **CONTRATANTE**.
- realizar os serviços nos prazos estabelecidos no contrato.
- ser fiel depositário dos recursos destinados pela **CONTRATANTE**, de acordo com o objeto previsto neste instrumento.
- zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do presente contrato.
- gerenciar e administrar a execução dos projetos sob sua responsabilidade, gerindo os recursos conforme o objetivo previsto na Cláusula Primeira do presente contrato.



g) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais do pessoal encarregado pela execução do objeto contratado, assim como por quaisquer perdas e danos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou de **TERCEIROS**, ainda que por omissão involuntária, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade o fato da **CONTRATANTE** manter fiscalização ou acompanhamento dos serviços, devendo ser adotado dentro de quarenta e oito horas as providências necessárias para tal cumprimento.

h) para qualquer material, equipamento ou objeto extraviado pertencente à **CONTRATANTE** e comprovadamente colocado sob a guarda e responsabilidade da **CONTRATADA** ou de seu preposto, aplicar-se-á o disposto na alínea anterior.

i) Observar as determinações constantes no Decreto nº 8.241/2014, que dispõe sobre a contratação de serviços pelas fundações de apoio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE A **CONTRATANTE** obriga-se a:

a) efetuar os pagamentos dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, em consonância com o estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

b) supervisionar as atividades objeto do presente contrato.

c) elaborar relatório final com base na prestação de contas prevista no §3º do art. 11 do Decreto nº 7.423/2010, atestando a regularidade dos serviços prestados.

d) zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento de quaisquer cláusulas do presente contrato, sem justo motivo, acarretará a sua rescisão de pleno direito, obrigando-se a parte inadimplente a arcar com os prejuízos a que houver dado causa, conforme as previsões das legislações indicadas no seu preâmbulo, mediante notificação prévia a outra parte, de pleno direito, em conformidade com o art. 78 da Lei nº 8.666/93.

Ficará o presente contrato rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou administrativa, nos seguintes casos:

a) não cumprimento de especificação ou prazo.

b) cumprimento irregular de qualquer cláusula contratual, especificação ou prazo.

c) atraso ou paralisação injustificado e/ou sem comunicação à **CONTRATANTE** na execução dos serviços.

d) desatendimento às determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**.

e) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da **CONTRATADA** que contrarie a Lei nº 8.958/94 e Decreto nº 7.423/2010 ou, ainda, venha a prejudicar a execução do contrato.

f) razão de interesse público, devidamente justificada nos termos da lei.

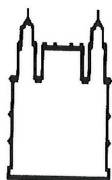
g) ocorrência de caso fortuito ou por força maior, regularmente comprovada.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório em competente processo administrativo, aplicar à **CONTRATADA**, as seguintes sanções:

a) advertência por escrito.

b) multa de 8% (oito por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste contrato e dos termos aditivos, se for o caso.



c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **FIOCRUZ**, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **FIOCRUZ** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra "c" desta Cláusula.

e) se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado da primeira parcela do valor que a **CONTRATADA** vier a fazer jus.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA COMPETÊNCIA

A sanção prevista na alínea "d" desta Cláusula é de competência exclusiva do Sr. Ministro de Estado da Saúde, facultada a defesa da **CONTRATADA**, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DO DESCONTO DA MULTA

A multa prevista na alínea "b" desta Cláusula, quando aplicada, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **FIOCRUZ** ou cobradas judicialmente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - DAS SANÇÕES CUMULATIVAS

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b" da mesma Cláusula, facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação respectiva.

Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, quando ao término da prestação dos serviços; e

b) definitivamente quando apresentada a prestação de contas, na forma prevista nos §§ 1º e 2º do art. 11 do Decreto nº 7.423/2010 no prazo não superior a 90 (noventa) dias, após o término dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

A regularidade da **CONTRATADA** foi aferida por meio de consultas ao SICAF, CADIN, CEIS, CNJ e TST de 14/12/2015, anexadas às fls. 57/62 do presente processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MULTA MORATÓRIA

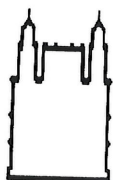
O atraso injustificado na execução dos serviços, objeto deste contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, que será calculada sobre o valor total atualizado do contrato e de seus aditivos, no limite máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da comunicação oficial.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - DO DESCONTO DA MULTA

A multa prevista nesta Cláusula, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **FIOCRUZ** ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços, objeto do contrato, sem prejuízo da única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, será fiscalizada pelo servidor **MARCELO DO AMARAL WENDELING**, Matr. **SIAPE nº 1554177**, CPF nº 090.984.787-86, responsável por:



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Diretoria de Administração
Departamento de Operações Comerciais
Núcleo de Gestão de Contratos



- a) solicitar à **CONTRATADA**, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- b) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do objeto do contrato e, em especial, quanto à aplicação de sanções e alterações.
- c) promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à **CONTRATANTE**, as providências às suas expensas, para publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União, de acordo com o art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa, será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional.

E por estarem de acordo com as cláusulas acima avençadas, assinam os **CONTRATANTES** o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para os devidos efeitos legais.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2015.

PELA CONTRATANTE:

Pedro Ribeiro Barbosa
Vice-Presidente de Gestão e
Desenv. Institucional / PR
Mat. SIAPE 0240291


PEDRO RIBEIRO BARBOSA
VICE-PRESIDENTE DE GESTÃO E DES. INSTITUCIONAL

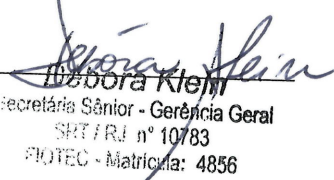
PELA CONTRATADA:

Maurício Zuma Medeiros
Diretor Executivo - FIOTEC
CPF nº 503.465.717-87


MAURÍCIO ZUMA MEDEIROS
DIRETOR EXECUTIVO DA FIOTEC

TESTEMUNHAS:

1) 
CPF

2) 
CPF
Secretária Sênior - Gerência Geral
SPT/RJ nº 10783
FIOTEC - Matrícula: 4856
mrwd